

Terreno baldio deveria ser Escola Técnica da Restinga

Data: 31/5/2010

Veículo: Sul21

Com início de funcionamento previsto para janeiro de 2010, o campus Restinga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, ainda não tem nem ao menos um pilar erguido. Por falta de contrapartidas da Prefeitura de Porto Alegre, o campus que teria capacidade para atender cerca de 1200 estudantes de cursos profissionalizantes não existe. O investimento do Governo Federal para a construção da escola é de 9,2 milhões.

Segundo o diretor do Campus, Amilton Figueiredo, muitos pontos discutidos no início de 2009 voltaram a ser debatidos com a Prefeitura neste momento. Para ele é necessário que haja um comprometimento efetivo na resolução destas demandas para que a construção da escola ande. "A maior preocupação agora é ter um cronograma consistente que seja cumprido", resumiu.

"Em 2007, a Prefeitura de Porto Alegre encaminhou ofício ao Ministério de Educação confirmando sua intenção de sediar uma escola técnica na cidade e se comprometeu em dar contrapartidas ao Governo Federal", relembra Figueiredo.

O cronograma inicial previa que as obras municipais seriam cumpridas até junho de 2009. "Entramos em 2010 sem isso executado. Nesta quarta-feira, 26, por falta de energia elétrica, estamos colocando as grades no terreno da escola com ferramentas abastecidas por um motor de gasolina, o que gera atraso no andamento. A CEEE até a semana passada nem havia recebido ofício da Prefeitura solicitando a instalação de luz", diz o diretor da escola, que afirma que irá acompanhar de perto a execução da obra.

Em recente reunião, realizada no último dia 18, na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara de Vereadores, foi estabelecido novo prazo para as obras de infraestrutura, como cercamento do Instituto e mais de um quilômetro de acesso viário ao prédio.

"A prefeitura nos apresentou novo cronograma, e esperamos que o acordo para as contrapartidas seja executado. Ainda faltam questões de ordem ambiental e outras licenças", enfatiza Figueiredo. Segundo ele, a nova escola é essencial para o desenvolvimento da Restinga.

Enquanto o andamento das obras espera as contrapartidas do poder municipal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia alugou um prédio na região, que terá capacidade para atender 240 alunos e já estará em atividade no segundo semestre, provavelmente em agosto e se os prazos

combinados com a Administração Municipal forem cumpridos, a escola técnica poderá estar funcionando no seu prédio próprio em até em oito meses?, diz Figueiredo.

Os primeiros cursos a serem oferecidos devem ser de Técnico em Administração, Turismo e Informática para Internet.

Já Adel Goldani, gerente do Programa de Governo do Eixo-Econômico da Prefeitura, tem previsões diferentes de Figueiredo para a execução das contrapartidas. De acordo com ele, os recursos para as ruas próximas ao local já estão liberados e têm licitação prevista para outubro de 2010. "Foi executada a drenagem de um córrego aos fundos do terreno onde ficará a escola, também atendendo a contrapartida", diz.

Adriano Gularte, secretário-adjunto da Smov, disse que a falta de energia não impede o início das obras. "A escola tinha projeto de prédio, mas não no terreno que foi cedido. Obras públicas têm uma série de dificuldades que são vencidas. As secretarias da prefeitura estão empenhadas para resolver todos os problemas", informa Gularte.

No país

O coordenador de Planejamento da Rede Federal do Ministério de Educação, Alexandre Vidor, diz que a unidade da Restinga faz parte de um plano de expansão do governo federal, que quer "alavancar o País por intermédio da educação com o viés profissional e tecnológico". Vidor ressalta que o Brasil possuía 140 escolas técnicas até 2005, e que com a mudança de legislação, 113 novas unidades já foram entregues.

"Em todo o Brasil temos três unidades com problemas graves na execução. Porto Alegre é uma delas", criticou. O coordenador ainda afirmou que as contrapartidas foram oferecidas em Chamada Pública de prefeituras que apresentaram projetos, como Porto Alegre. Ele disse que o MEC estudou a retirada da escola do local por falta de cumprimento de prazos da contrapartida.

Em abril de 2010, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul produziu um relatório com os principais problemas do atraso. Um dos pontos relatados é sobre a falta de prazo na doação do terreno. "Após várias reuniões com as secretarias responsáveis, conseguiu-se que a lei de doação fosse publicada em 16 de julho de 2008. Entretanto, a efetivação da doação só ocorreu no mês de outubro daquele ano, quando o prefeito José Fogaça assinou o termo de doação.", diz o documento.

"Até aquele momento (14 de maio de 2009), não havia nenhum levantamento topográfico, planialtimétrico ou mesmo qualquer conhecimento real dos limites da área. Após compromisso expresso do Sr. Clóvis Magalhães, Secretário de Gestão de Porto Alegre, iniciaram as obras de abertura de acesso à área", diz outro parágrafo do relatório.

Por fim o mesmo texto afirma categoricamente a responsabilidade do poder municipal pelo atraso das obras.

"Salienta-se ainda que a demora no início das obras é reflexo direto da morosidade por parte dos órgãos municipais em liberar as atividades de construção. Podemos indicar, por exemplo, as Licenças de Instalação (LI) e a Autorização Especial de Remoção de Vegetal (AERV), ambas expedidas apenas no dia 15 de março de 2010. Depois de 4 horas de espera na ante-sala do secretário municipal do Meio Ambiente,"observa o funcionário autor do relatório.